

0/07/2025

11:37

Pedido de esclarecimento nº 05

Cotas Legais – Declarações Obrigatórias e Comprovação

Tendo em vista as exigências previstas no edital e na legislação vigente relativas à reserva

de cargos para aprendizes, pessoas com deficiência (PcDs) e reabilitados da Previdência Social, declaramos:

- (X) Cumprimos a reserva legal de cargos para aprendizes, bem como aquelas eventualmente

previstas em normas específicas aplicáveis.

- (X) Cumprimos as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência

e reabilitados da Previdência Social.

Diante disso, respeitosamente, solicitamos os seguintes esclarecimentos para fins de

adequação plena da proposta:

a) A aferição do cumprimento das cotas legais será realizada exclusivamente na fase

contratual, por meio de cláusulas específicas, ou poderá acarretar a inabilitação do licitante já na fase de habilitação?

b) Para comprovação do cumprimento das cotas, será exigida a apresentação da Certidão

de Cumprimento de Cotas expedida pelo Ministério do Trabalho (disponível em <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>)?

c) Será admitida, durante a execução do contrato, a alocação de profissionais que se

enquadrem nas cotas legais (aprendizes, PcDs ou reabilitados), desde que estejam plenamente

capacitados para o desempenho das funções previstas no edital?

2. Encargos Sociais

Em relação aos Encargos Sociais, as empresas podem utilizar seu percentual dentro de

sua realidade ou existe um percentual mínimo aceitável?

3. Exequibilidade das Propostas – Lucro Bruto e Tributos Federais

Considerando o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº

1.214/2013 – Plenário, especialmente no item 217, o qual estabelece que, para empresas optantes pelo regime de Lucro Presumido, os tributos federais incidentes sobre a receita bruta (IRPJ – 4,8%, CSLL – 2,88%, COFINS – 3% e PIS – 0,65%) devem compor o item “Lucro Bruto” nas propostas comerciais,

totalizando o percentual de 11,33%, solicita-se esclarecimento quanto à metodologia que será adotada pela Administração para fins de análise da exequibilidade das propostas.

Em alinhamento com o entendimento do TCU, serão consideradas inexequíveis as

propostas que apresentarem margens de lucro e encargos indiretos inferiores a esse patamar

mínimo necessário à absorção dos referidos tributos, uma vez que tal compatibilidade impacta

diretamente a viabilidade econômico-financeira da execução contratual?

4. Treinamento - Há necessidade de algum treinamento específico? Se sim, será cobrado

certificado? Os treinamentos poderão ser realizados durante a jornada de trabalho, ou haverá

necessidade de pagamento de horas extras?5. Vestiário: A contratante concederá espaço para vestiário e refeições para os colaboradores

da contratada?

6. Desoneração da Folha de Pagamento

Considerando a possibilidade legal de desoneração da folha de pagamento, nos termos da Lei

nº 12.546/2011, solicita-se esclarecimento sobre a admissibilidade da aplicação dessa sistemática na composição da planilha de custos da proposta

7. Qualificação Técnica:

Em relação à qualificação técnica, questionamos se será aceito como comprovação a habilidade da licitante com atestados de gestão de mão de obra, com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, em seu item. 1.7.1. Acórdão 1140/2005-TCU-Plenário, se estabelece que: “Nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada”.

8. Equipamentos

a) Será admitida a utilização de equipamentos seminovos, desde que em perfeito estado de

conservação, funcionamento, segurança e plenamente capazes de atender às demandas

contratuais?

b) Caso a empresa licitante comprove a posse prévia dos equipamentos exigidos, será

possível apresentar proposta financeira que contemple apenas os custos relativos à

manutenção, operação e eventuais despesas correlatas, sem necessidade de

inclusão de
custos de aquisição ou locação dos referidos itens?

Resposta pedido de esclarecimento nº 05

Pergunta 1: A aferição do cumprimento das cotas legais será realizada exclusivamente na fase contratual, por meio de cláusulas específicas, ou poderá acarretar a inabilitação do licitante já na fase de habilitação?

Resposta pergunta 1: Nos termos do item 9.7 do Edital do PE nº 90008/2025 e do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/21, a declaração do cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para Reabilitados da Previdência Social constitui critério de habilitação sendo passível de inabilitação o licitante que descumprir tal requisito. Ressalta-se que para fins de verificação do cumprimento desse requisito, as informações constantes da certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Conforme estabelece o Parecer n. 00280/2025/CGCOM - BSB/SCGP/CGU/AGU (disponibilizado na página eletrônica do MJSP), “embora a certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego não seja necessária para fins de habilitação, bastando a declaração, caso o pregoeiro dela tome conhecimento e haja irregularidade da licitante, ela é suficiente para proceder a sua inabilitação, salvo se for objeto de anulação ou suspensão, nos termos do Parecer n. 00060/2024/DECOR/CGU/AGU, que contém o entendimento vigente na AGU sobre o tema”

Pergunta 2: Para comprovação do cumprimento das cotas, será exigida a apresentação da Certidão de Cumprimento de Cotas expedida pelo Ministério do Trabalho (disponível em <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>)?

Resposta 2: A apresentação, pelo licitante, da certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), não é exigida para fins de comprovação do cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social cabendo a declaração em campo próprio do sistema, conforme disposto no item 5.4.4. do Edital do PE nº 90008/2025. Contudo, nos termos do Parecer n. 00280/2025/CGCOM - BSB/SCGP/CGU/AGU, “...caso o pregoeiro dela tome conhecimento e haja irregularidade da licitante, ela é suficiente para proceder a sua inabilitação, salvo se for objeto de anulação ou suspensão, nos termos do Parecer n. 00060/2024/DECOR/CGU/AGU, que contém o entendimento vigente na AGU sobre o tema”

Pergunta 3: Será admitida, durante a execução do contrato, a alocação de profissionais que se enquadrem nas cotas legais (aprendizes, PcDs ou reabilitados), desde que estejam plenamente capacitados para o desempenho das funções previstas no edital?

Resposta 3: Não verificamos no Termo de Referência a existência de qualquer

vedação à alocação de tais profissionais para a execução dos serviços contratados. Contudo, deverão ser observados pela contratada todos os requisitos e condições estabelecidos na legislação vigente para a alocação de tais trabalhadores.

Pergunta 4: Em relação aos Encargos Sociais, as empresas podem utilizar seu percentual dentro de sua realidade ou existe um percentual mínimo aceitável?

Resposta 4: Os licitantes deverão apresentar suas propostas de acordo com o regime de tributação sobre o faturamento no ano calendário da contratação.

Pergunta 5: Considerando o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário, especialmente no item 217, o qual estabelece que, para empresas optantes pelo regime de Lucro Presumido, os tributos federais incidentes sobre a receita bruta (IRPJ – 4,8%, CSLL – 2,88%, COFINS – 3% e PIS – 0,65%) devem compor o item “Lucro Bruto” nas propostas comerciais, totalizando o percentual de 11,33%, solicita-se esclarecimento quanto à metodologia que será adotada pela Administração para fins de análise da exequibilidade das propostas.

Em alinhamento com o entendimento do TCU, serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem margens de lucro e encargos indiretos inferiores a esse patamar mínimo necessário à absorção dos referidos tributos, uma vez que tal compatibilidade impacta diretamente a viabilidade econômico-financeira da execução contratual?

Resposta 5: O critério de julgamento das propostas adotado no presente certame é o de menor valor global. Nesse contexto, entende-se que não é cabível, neste momento, emitir parecer conclusivo sobre uma eventual inexequibilidade de itens isolados da planilha de custo e formação de preços, uma vez que a exequibilidade global da proposta e a vantajosidade da contratação devem ser analisadas sob uma ótica sistêmica.

Pergunta 6: Há necessidade de algum treinamento específico? Se sim, será cobrado certificado? Os treinamentos poderão ser realizados durante a jornada de trabalho, ou haverá necessidade de pagamento de horas extras?

Resposta 6: O Termo de Referência prevê a realização de treinamentos específicos voltados às rotinas de limpeza de áreas determinadas, especialmente aquelas que exigem cuidados diferenciados em razão de suas características ou finalidades (como o Palácio da Justiça ou itens de obras de arte). Entretanto, não se identificou no TR a exigência de emissão de certificados como comprovação da realização desses treinamentos, tampouco a necessidade de pagamento de horas extras decorrentes da participação dos profissionais nessas capacitações.

Pergunta 7: A contratante concederá espaço para vestiário e refeições para os

colaboradores da contratada?

Resposta 7: Sim.

Pergunta 8: Considerando a possibilidade legal de desoneração da folha de pagamento, nos termos da Lei nº 12.546/2011, solicita-se esclarecimento sobre a admissibilidade da aplicação dessa sistemática na composição da planilha de custos da proposta.

Resposta 8: Os licitantes deverão apresentar suas propostas de acordo com o regime de tributação sobre o faturamento no ano calendário da contratação. A empresa optante pelo regime de incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) deverá ajustar a Planilha de Custos e Formação de Preços, observando as disposições da Lei n. 14.973/2024, que alterou a Lei nº 12.546/2011.

Pergunta 9: Em relação à qualificação técnica, questionamos se será aceito como comprovação a habilidade da licitante com atestados de gestão de mão de obra, com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, em seu item. 1.7.1. Acórdão 1140/2005-TCU-Plenário, se estabelece que: “Nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada”.

Resposta 9: O Termo de Referência exige a comprovação de que os licitantes já executaram serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, bem como que comprovem a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

Pergunta 10: a) Será admitida a utilização de equipamentos seminovos, desde que em perfeito estado de conservação, funcionamento, segurança e plenamente capazes de atender às demandas contratuais? b) Caso a empresa licitante comprove a posse prévia dos equipamentos exigidos, será possível apresentar proposta financeira que contemple apenas os custos relativos à manutenção, operação e eventuais despesas correlatas, sem necessidade de inclusão de custos de aquisição ou locação dos referidos itens?

Resposta 10: Não verificou-se no TR a existência de vedação à utilização de equipamentos seminovos, desde que em perfeitas condições de uso e produtividades. A proposta de custos deve considerar que os materiais e equipamentos são de propriedade da empresa contratada e que, após o

encerramento do contrato serão retirados. Desse modo, para o cálculo desse custo deve ser considerado o período de vida útil dos equipamentos/materiais e o valor/percentual residual, não sendo possível a apresentação de proposta financeira que contemple apenas os custos relativos à manutenção, operação e eventuais despesas correlatas desses materiais/equipamentos.